



CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DO PORTO DE IMBITUBA (SC)

ATA DA 188ª REUNIÃO (ORDINÁRIA)

Data e Local: 25 de junho de 2009, às 9h, na Sala de Reuniões da Companhia Docas de Imbituba.

Presentes: O Presidente e os Conselheiros ao final desta Ata nominados e identificados, de acordo com as respectivas representações.

Todas as ausências foram justificadas

Convidados: Eduardo Martins Pinho, 3 Golf; José Antônio Latrônico Filho, Vice-Presidente do CREA/SC; Sub-Tenente Carlos Kalaf, da DeLaguna; Alex Ghiso Zapelini; e Antônio Carlos Zapelini, consultores privados e Cadir Garbeloto Cargnin, Chefe de Gabinete do Prefeito.

Constatado *quorum*, o Presidente cumprimentou os presentes e deu início à reunião.

1. ANÁLISE E APROVAÇÃO DA ATA DA 187ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Colocada em discussão pelo Presidente, foi aprovada a ata da Reunião Ordinária nº 187.

2. POSSE DE CONSELHEIRO

O Presidente leu a Portaria n.º 98, de 27/04/2009, do Secretário da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República (D.O.U. 28 e 29/04/2009) e empossou o Conselheiro suplente Caio Marcelo Morel Correa, representante das instalações portuárias privadas, do Bloco dos Operadores Portuários, por um período de dois anos.

O Presidente disse que solicitará à Secretaria Especial de Portos mais brevidade quanto à remessa das informações referente à publicação da nomeação de conselheiros.

3. DESEMPENHO NO PERÍODO, RELATADO PELO ADMINISTRADOR DO PORTO DE IMBITUBA

3.1. Relatório de MAIO/2009: comentados e esclarecidos os relatórios da Estatística de Cargas e Navios, as Receitas e Despesas e as Atividades Mensais do Porto de Imbituba.

3.2. Programa de Arrendamento de Instalações Portuárias: informou de viagem a Brasília há duas semanas, com o Prefeito José Roberto Martins e Ruy França Neto, Presidente do Conselho de Desenvolvimento do Município, para tratar do arrendamento do Terminal de Fertilizantes. Segundo a ANTAQ, assuntos urgentes ocasionaram a demora na análise do Edital entregue pela CDI. A viagem à Venezuela, nesta semana, com o Prefeito Municipal, para tratar da vinda de novas cargas ao Porto de Imbituba, não permitiu tempo hábil para novo contato com a ANTAQ, o que fará em seguida.

3.3. Programa de Conformidade: não houve alteração nas licenças do Porto de Imbituba e que foi pedido à Secretaria da Receita Federal a extensão do prazo de implantação dos sistemas informatizados de controle aduaneiro para Dezembro 2009.

4. RELATÓRIOS DAS COMISSÕES

4.1. Taxa Especial de Dragagem, pelo relator, Conselheiro Santos Pacheco Alves: entregou ao Presidente o relatório e prestou esclarecimentos sobre o desempenho em maio de 2009. O relatório está à disposição dos Conselheiros na Secretaria do CAPPI. Para a próxima reunião a Comissão fará uma análise mais aprofundada das informações coletadas, principalmente no quesito débitos com a 3 Golf (pagamento de passivos e definição do contrato de dragagem), consolidando os dados para o CAPPI.

a) Obras de expansão do Cais 2:

b) Dragagem pelo PAC: O Conselheiro Valdir Rodrigues informou que ontem a Senadora Ideli Salvatti informou na rádio de Imbituba que estão previstos no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento, do Governo Federal), para o Porto de Imbituba, R\$ 4,4 milhões para a dragagem, quando comentou que considera o Porto de Imbituba o melhor porto do Sul do País.

O Conselheiro Jeziel Pamato esclareceu que esse valor é para o primeiro projeto de dragagem apresentado à SEP - Secretaria Especial de Portos, para 13m de profundidade. Com o novo cenário para o porto, o projeto foi ampliado para 15m e já remetido à SEP, onde esteve, na viagem já referida a Brasília, com técnicos do TECON e da consultora contratada, para ajustes no projeto.



Adiantou que apresentará ao Conselho pedido para aumento no valor da Taxa de Dragagem, para ressarcir a TECON dos valores já despendidos nos serviços de dragagem emergencial e de elaboração do projeto de aprofundamento apresentado à SEP. Aproveitou para agradecer à TECON pelo apoio na execução destes serviços, sem o que o Porto não teria conseguido apresentar o projeto à SEP. E que em breve será feita nova batimetria para subsidiar pedido de aumento do calado à Marinha.

O Conselheiro Caio Morel comentou sobre a dragagem e o projeto realizado, de grande qualidade. Imbituba, adiantou, tem uma condição muito boa de dragagem. O objetivo agora é elevar o valor inserido no PAC e isso irá depender muito do apoio político, pelo que pediu o esforço de todos. Solicitou ainda a aprovação do CAPPI pelo aumento da Taxa Especial de Dragagem e frisou que o valor repassado à TECON serão apenas os recebidos dos navios contêineres. Dos demais navios os recursos serão para custear os serviços da 3 Golf e outras despesas.

4.2. Adicional Tarifário do PSPP – Plano de Segurança Pública Portuária, pelo relator, Conselheiro Santos Pacheco Alves: entregou o relatório de desempenho de maio/2009, prestando esclarecimentos.

a) Devolução do empréstimo aos Operadores Portuários: o Conselheiro Jeziel Pamato informou que ainda não obteve resposta da Diretoria da CDI, sobre a planilha apresentada.

4.3. Relações do Porto com a Cidade:

a) Informações sobre o Hospital São Camilo (HSC), pelo relator, Conselheiro José Roberto Martins, que adiantou já ter solicitado à SEP a indicação do Secretário Municipal de Articulação Política, Cadir Garbeloto Cargnin, para Conselheiro suplente do Governo Municipal e que a portaria será publicada em breve.

Informou que devido à viagem à Venezuela e a proximidade das reuniões do CAPPI neste mês, não houve tempo de reunir a Comissão, o que deverá ocorrer na próxima semana. Sobre o tema o Conselheiro Pedro Kuzniecowa informou que a Fertisanta e a Imbituba Operadora Portuária Ltda. passarão a repassar ao hospital R\$ 0,10/tonelada e pediu que os demais operadores também façam a sua parte.

O Presidente do CAPPI enfatizou a importância da decisão da Fertisanta e IOP, principalmente por serem voluntárias. E pediu aos Conselheiros para irem visitar o hospital e constatar a qualidade dos serviços e atendimentos que lá são realizados, a um custo muito superior ao que é repassado pelo Sistema Único de Saúde.

b) Informações sobre o projeto dos novos acessos viários ao Porto de Imbituba: o Conselheiro Santos Pacheco Alves comentou sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentado de Imbituba (PDDSI) e da importância da integração entre o Conselho do Plano Diretor e a Comissão do CAPPI.

O Conselheiro José Roberto Martins parabenizou o trabalho que está sendo realizado pelo Conselho do Plano Diretor, pois pelo o que está observando, o nível de consciência das pessoas está aumentando. Aproveitou para dizer que foi feito o projeto para a recuperação da Rua Manoel Florentino Machado, de acesso ao porto, que se deteriorou devido à situação climática que ocorreu no início do ano e ao aumento do fluxo de caminhões. O custo para a recuperação da mesma será em torno de R\$ 500 mil, mas que não tem provisão para esse investimento agora, em face da redução de receitas devido à crise econômica, mas acredita que até o final deste ano ou início do próximo, a obra será realizada.

4.4. Normas de Atracação: o Presidente informou que foi recebida da Comissão a proposta para a alteração das normas de atracação, a qual foi repassada aos Conselheiros.

O relator da Comissão, Conselheiro Pedro Kuzniecowa, informou que conforme acordado na última reunião, a Comissão se reuniu e aprovou a proposta da nova Norma de Atracação, com um voto contrário do Conselheiro Jeziel Pamato, a qual foi repassada para aprovação dos demais Conselheiros. Disse que este assunto está se estendendo por mais de dois anos e necessita de uma definição, pois considera essa demora e as críticas um desrespeito aos trabalhos da Comissão.

O Conselheiro Jeziel Pamato disse que este assunto foi trazido ao CAPPI pela Administração do Porto, em outro cenário, o qual no momento é completamente diferente, dando como exemplo a construção de um novo cais. Disse que suas sugestões feitas nas reuniões da Comissão não foram acatadas e a norma proposta trará consequências danosas ao porto. Como membro da Comissão, disse não concordar com a proposta apresentada.

A seguir houve comentários e esclarecimentos pelo Presidente, que considerou que a proposta privilegia o navio inadequado e o equipamento deficiente; que o trabalho da Comissão é relevante e que,



realmente, é muito mais fácil fazer críticas sobre um documento já elaborado. Que a proposta tem méritos mas deve ser mais abrangente, tendo cuidado para não ferir normas e procedimentos já estabelecidos.

Na sequência, houve comentários e questionamentos gerais sobre o assunto quando, por proposição do Conselheiro José Roberto Martins e por votação, os Blocos que compõem o CAPPI decidiram, por unanimidade, prorrogar a votação sobre aprovação ou não da Norma de Atracação por mais trinta dias, quando os Blocos, neste período, se reunirão e encaminharão suas propostas de alteração à Comissão, até sexta-feira (03/07/2009).

Quanto à composição das Comissões, o Presidente considerou que Conselheiro destituído do CAPPI deve ser automaticamente substituído pelo novo Conselheiro empossado, em todas as Comissões e trabalhos do CAPPI.

O Conselheiro Suplente Mário Cozza contrapôs, argumentando que a escolha de Membro de Comissão tem o caráter de pessoalidade, ou seja, preponderantes os atributos pessoais do escolhido para a matéria da Comissão, ao que o Presidente contraargumentou no sentido de que apesar da relevância dos argumentos, ainda considera a preponderância da representatividade de cada um, nas composições dos quatro blocos que integram o CAPPI.

5. PRODUTIVIDADE NO EMBARQUE DE CONGELADOS:

O Presidente informou aos Conselheiros que o problema persiste e que aguarda do OGMO os levantamentos solicitados para análise da evolução do problema e busca de soluções. Indagou a Diretora Executiva do OGMO, Conselheira suplente Maria Zilá Gil se tem informações mais atualizadas, no que foi informado de que o OGMO não dispõe de efetivos para suprir a demanda de requisições, até porque para o navio de congelado é despendido maior número de trabalhadores, pois há maior rotatividade, devido ao ambiente de trabalho, por exigência de lei. Disse que o OGMO já está tomando as providências, no que diz respeito à abertura de edital para o engajamento de mais trabalhadores, essas providências estão sendo tomadas junto ao Ministério Público do Trabalho, e estão bem adiantadas. Disse, ainda, que deverão ser absorvidos aproximadamente 200 trabalhadores.

O Presidente do CAPPI demonstrou sua preocupação com eventual queda da remuneração do trabalhador, pela menor rotatividade no serviço, mas que o novo perfil de cargas para Imbituba deverá tornar o trabalho mais freqüente. Os Conselheiros Santos Pacheco Alves e Maria Zilá de Souza Gil procederam mais alguns comentários e esclarecimentos sobre o assunto. Os Conselheiros Dalmir Anselmo da Silva, representando o Sindicato dos Arrumadores e Valdir Rodrigues, representando o Sindicato dos Estivadores manifestaram-se contrários ao processo seletivo em curso. O Conselheiro Valdir informou que é permitido por lei a realização de intercâmbio com outros portos e se o Sindicato dos Estivadores for informado com 72 horas de antecedência da quantidade de trabalhadores necessários, não faltará mão-de-obra no porto. A Conselheira Maria Zilá informou que esse intercâmbio acontece quando há entendimento entre operadores portuários e sindicatos, cabendo ao OGMO apenas acatar a decisão.

6. ASSUNTOS GERAIS

Não havendo mais manifestações, o Presidente encerrou esta reunião e a Secretária Executiva do CAPPI, Rejane Kalfeld, redigiu a presente Ata para submetê-la à aprovação dos Conselheiros, na próxima reunião, marcada para o dia 30 de julho de 2009, quinta-feira, às 9h, na sala de reuniões do Conselho.

Bloco do Poder Público

Governo Federal

Governo Estadual

Governo Municipal

Gilberto Barreto da Costa Pereira
(Presidente)

Silvio dos Santos

José Roberto Martins

Bloco dos Operadores Portuários



Administração do Porto

Titulares de Instalações
Privadas

Demais Operadores Portuários

Jeziel Pamato de Souza
Bloco dos Trabalhadores Portuários

Ruy França Neto

Bruno Antonio Resmini Figurelli

Trabalhadores Portuários Avulsos

Demais Trabalhadores Portuários

Valdir Rodrigues

Dalmir Anselmo da Silva

José Amílcar da Silva

Albert Pacheco Ramos

Bloco dos Usuários dos Serviços Portuários e Afins

Exportadores e Importadores

Proprietários e Consignatários de Mercadorias

Alisson Vitor Forti Silva

Pedro Kuzniecowa

Santos Pacheco Alves

Terminais Retroportuários

Norbert Karl Buschhausen

Conselheiros Suplentes:

Cândido Pedro Jorge
(suplente)

Caio Marcelo Morel Correa
(suplente)

Maria Zilá de Souza Gil
(suplente)

Mário Cozza
(suplente)

Rejane de Abreu Pires Kalfeld
Secretária Executiva do CAPPI